

"La Lengua Compañera Del Imperio"

ANA MARÍA GARCÍA MARTÍN

A

s reflexões lingüísticas de Fernando Pessoa, às que hoje temos fácil acesso graças a publicações recentes (1), giram à volta de três focos temáticos fundamentais, relacionados entre si: a demanda de uma ortografia unificada para Portugal e o Brasil, feita em favor de uma ortografia etimológica; a função transcendente que a língua portuguesa tem na criação de um virtual império cultural português; e o voto de uma língua internacional que permita o intercâmbio cultural, respondendo assim à vontade de expansão universalista da cultura.

Quanto ao primeiro destes focos temáticos, temos que enquadrar a posição do poeta no contexto conjuntural da Reforma Ortográfica de 1911, contra a qual ele se posiciona, não porque fosse contra a uniformização gráfica entre Portugal e o Brasil, mas sim porque nega o direito de ingerência do Estado em aspectos culturais que têm a ver, na sua óptica, com a liberdade individual. Mas a principal objecção decorre de se ter resolvido a referida normalização em favor de uma ortografia fonética. A este respeito, escreve Luísa Medeiros:

em Fernando Pessoa

ANA MARÍA GARCÍA MARTÍN é professora de Filologias Galega e Portuguesa da Universidade de Salamanca (Espanha).

“Não é contra a uniformização ortográfica que Pessoa se insurge, nem tão-pouco contra a que esta seja adoptada pelo Estado nos seus organismos e publicações, mas, sim, contra o modo como tal uniformização se deu, valorizando a escrita fonética em detrimento da grafia etimológica que até então vigorava, e contra a unilateralidade que essa reforma revestiu” (2).

Pessoa vem defender assim uma ortografia etimológica, ao contrário de insígnis filólogos do momento, como Carolina Michaëlis, pois apenas ela reflecte, segundo o poeta, o trabalho de uma cultura construída com séculos de esforço. Nas palavras de Luísa Medeiros: “Na etimologia gráfica, a língua guardava toda a nobreza e a riqueza semântica dos elementos que a compunham. Era contra a pobreza com que pretendiam revestir a palavra portuguesa que Pessoa se batia” (3). A grafia etimológica reflectia “o passado cultural universalista de que Portugal era herdeiro privilegiado” (4). E, ao mesmo tempo, sendo uma ortografia universalista, como a francesa ou a inglesa, não deixava de ser uma ortografia nacional, ao opor-se à espanhola, fundamentalmente fonética. A ortografia etimológica resultou em Portugal, segundo o poeta, da união de duas forças opostas: a popular e a intelectual, “como resposta à necessidade de fazer frente à vontade hegemónica de Espanha. Nação que, segundo Pessoa, se afirmara optando por uma ortografia ‘eminente sónica’. A grafia etimológica por que Portugal optara mostrava, assim, a seu ver, ser filha cultural não de Espanha, mas de um império cultural remoto” (5). A ortografia fonética supunha, para o poeta, um retorno à Idade Média, enquanto que a etimológica pertenceria a um momento de esplendor cultural e de afirmação imperialista, o Renascimento.

Vemos, pois, como a questão ortográfica se entrelaça com o imperialismo cultural sonhado pelo poeta. A fórmula utópica de Pessoa de criação de um império português, o *Quinto Império*, se é tributária do pensamento viciriano, afasta-se do autor da *História do Futuro*. Sucin-

Neste texto foi mantida a ortografia vigente em Portugal.

1 Pessoa *Inédito*, coordenado por Teresa Rita Lopes, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, e *A Língua Portuguesa*, edição de Luísa Medeiros, Lisboa, Assírio & Alvim, 1997.

2 *A Língua Portuguesa*, op. cit., pp. 172-3.

3 *Idem*, *ibidem*, p. 176.

4 *Idem*, *ibidem*, p. 181.

5 *Idem*, *ibidem*, p. 182.

tamente, podemos explicitar as diferenças dizendo que o jesuíta inscreve o império português nos domínios temporal e espiritual, ao passo que Fernando Pessoa o faz no domínio cultural. Deste modo, o *Quinto Império* português será um império da cultura. Se, na óptica pessoana, o apogeu da grandeza de uma nação se atinge quando cumpre o seu imperialismo específico (6), o imperialismo cultural é o imperialismo específico da nação portuguesa. Um dos factores que legitimam a aspiração portuguesa a liderar esse emergente *império cultural* é ter sido já com anterioridade um império cultural na época das descobertas em que Portugal criou e expandiu os seus valores civilizacionais. O império português seria, assim, um império interrompido (7). O que a utopia pessoana anuncia é a recuperação de algo apenas suspenso no tempo. O *Quinto Império* significará um “regresso ao futuro”.

Ora, esse império futuro, anunciado e interrompido no passado, é, no presente, uma virtualidade. Este é um dos atributos do futuro império português, o de ser apenas uma possibilidade: “Não se poderá dizer que nunca se realiza um alto propósito. Já, com sê-lo, em certo modo se realizou” (8). É em função deste carácter virtual que devemos entender o sentido da mensagem de Pessoa sobre o império português: o poeta mostra-se mais preocupado com o preparar-se para o império que com a descrição concreta dessa utopia.

É neste ponto que entra em jogo a língua portuguesa. Diz o poeta: “Que mal haverá em nos prepararmos para este domínio cultural, ainda que não venhamos a tê-lo?” (9). O preparar-se não tem apenas a função mediadora de conduzir Portugal do presente ao império futuro. Tem, ainda, um efeito imediato: “Se falharmos, sempre conseguiremos alguma coisa – aperfeiçoar a língua. Na pior hipótese, sempre ficamos escrevendo melhor” (10). E desta forma, far-se-á um serviço à cultura geral e à civilização.

É pois sobre a pedra angular da potencialidade expressiva da língua portuguesa que Pessoa constrói o seu sonho imperial. Tratar-se-á de um império de

6 Veja-se Fernando Pessoa, *Sobre Portugal. Introdução ao Problema Nacional*, organizado por Joel Serrão, Lisboa, Ática Editora, 1978, p. 220.

7 Idem, *ibidem*, p. 225.

8 Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*, vol. I, organizado por Jacinto do Prado Coelho, Lisboa, Ática Editora, 1982, p. 21.

9 *Sobre Portugal*, op. cit., p. 239.

10 *Livro do Desassossego*, op. cit., p. 234.



gramáticos e poetas (11). Ambas as figuras são as detentoras do máximo poder simbólico num futuro espaço linguístico unificado em torno da língua portuguesa, como guardiões de uma república platónica. São eles os controladores da expressividade da língua, deles é o poder absoluto e por eles o *Quinto Império Cultural* se eternizará em relação aos outros impérios materiais.

Afirma Pessoa: “Acima da idéia do Imperio Portuguez, subordinado ao espirito definido pela lingua portugueza, não ha formula politica nem idéa religiosa” (12). Ao lermos este passo não podemos deixar de nos lembrar que a relação entre língua e império fora enunciada pelo gramático andaluz Antonio de Nebrija na sua *Gramática Castellana* de 1492, numa frase com a força de uma máxima: “*que siempre la lengua fue compañera del imperio*”. Como mostrou Eugenio Asensio (13), a mencionada relação tinha sido formulada anteriormente pelo humanista italiano Lorenzo Valla nas suas *Elegantiae*, para quem as línguas tinham o poder de sobreviver aos impérios políticos, como mostra o exemplo do império romano. Para Nebrija, no entanto, a língua difunde-se mas morre também com o império, isto é, comporta-se como um ente orgânico ligado inexoravelmente ao próprio devir imperial (14). Curiosamente, e apesar do emprego inconfessado que os gramáticos portugueses do século XVI, João de Barros e Fernão de Oliveira, fizeram da *Gramática* de Nebrija, achamo-los mais próximos da ideia de Valla que da formulação do gramático andaluz. A função política da língua no império parece ter sido mais claramente advertida por Oliveira, para quem a língua portuguesa é uma emanção espontânea da pátria (15). Por isso, em palavras de Eugenio Asensio, Oliveira “*se esfuerza por alejarla de los riesgos de la cultura extranjerizada y convertirla en un instrumento político que ligue a la metrópoli con las colonias*” (16). Também ao perspicaz gramático que é João de Barros não passou inadvertido o poder da língua na difusão do império, e como Valla, assinala a sua maior pervivência quando diz “As armas e padrões postos em

Africa e em Asia e em tantas mil ilhas fora da repartição das tres partes da terra, materiaes sam e podeas o tempo gastar: pero nã gastará doutrina, costumes, linguagem que os portugueses nestas terras leixarem” (17). Tenhamos em conta que quando os gramáticos portugueses escrevem estas palavras, em 1536 Fernão de Oliveira e em 1540 João de Barros, o império português é já uma realidade constatável, e a necessidade de uma língua que lhe desse unidade devia perfilar-se aos primeiros gramáticos como uma prioridade inexcusável. Não é, porventura, a necessidade de ensinar as primeiras letras às crianças da Guiné um dos argumentos esgrimidos por Barros para justificar a sua empresa de pôr a língua portuguesa *em arte*, isto é, em gramática?

Ora, na esteira do pensamento gramatical renascentista, Fernando Pessoa assume essa capacidade de perpetuação como um dos atributos do seu *Império de Cultura*. A durabilidade do império de políticos e generais – isto é, do império de domínio e expansão – é intrinsecamente inferior à durabilidade do imperialismo de gramáticos e poetas (18). O primeiro tem um fim no tempo e na memória – *passa e esquece*; o segundo pode ser infinito – *dura, domina, e quem sabe se terá fim*.

Ora bem, se a língua portuguesa há-de servir como instrumento de coesão imperial, a própria língua terá de ser fixada para poder cumprir a sua função desbabelizante. O projecto pessoano “exigirá um meio de comunicação igual – uma língua” (19), instrumento modelado pela *auctoritas* de gramáticos e poetas. Essa necessidade de fixação da língua que visa servir um propósito imperialista é, pois, a mesma que fora advertida também pelos gramáticos portugueses do Renascimento, e anteriormente pelo próprio Nebrija. Referindo-se a esta intenção dos gramáticos portugueses, afirma Maria Leonor Carvalhão Buescu: “A codificação e, logo, a fixação duma língua dignificada pelo uso e pela gramaticalização, visava, pois, como objectivo, a transmissão da língua e, com ela, de padrões normativos de comportamento” (20). Mas, se no século XVI essa necessidade

11 Sobre Portugal, op. cit., p. 240.

12 Pessoa *Inédito*, op. cit., p. 240.

13 Eugenio Asensio, “La Lengua Compañera del Imperio. Historia de una Idea de Nebrija en España y Portugal”, op. cit., p. 1.

14 Idem, *ibidem*, p. 9.

15 Idem, *ibidem*, 16.

16 Idem, *ibidem*.

17 Idem, *ibidem*, p. 14.

18 Pessoa *Inédito*, op. cit., p. 240.

19 Sobre Portugal, op. cit., p. 239.

20 Babel ou a Ruptura do Signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 229-30.

de fixação afectava os campos morfo-sintáctico, fonético e ortográfico, no século XX apenas sobrevive a necessidade de fixação ortográfica, e Fernando Pessoa volta a sua atenção para ela. É tal a importância concedida pelo autor de *Mensagem*, que chega a afirmar: “A orthografia também é gente” (21).

No desejo de construir uma língua nacional estável que sirva o seu propósito imperialista, Pessoa considera dois factores que podem agir como elementos desestabilizadores da unidade linguística: o regionalismo e o estrangeirismo. O primeiro considera-o fundamentalmente como elemento de dispersão, embora seja não só tolerável como também aproveitável quando identificado com o espírito da nação, isto é, quando representa o germe da ideia de nação (22). Curiosamente, essa mesma tolerância encontramos-la nos gramáticos portugueses do século XVI. Se, para eles, a norma linguística é estabelecida pela fala cortesã urbana de Lisboa, o regionalismo é considerado basicamente como um desvio dessa norma. Ainda assim, encontramos neles “uma tendência capaz de eliminar a tensão entre o uso áulico e o uso regional” (23), uso este que em boca de João de Barros “alguns indoutos desprezam” (24). Assim, se os gramáticos aludem a diversos regionalismos, como os da Beira, Alentejo ou Entre Douro e Minho, estabelecem como que uma hierarquia de aceitabilidade entre eles, outorgando ao regionalismo nortenho o privilégio de constituir o berço da nacionalidade e a origem da língua pátria, privilégio de que carece o resto de falas regionais.

Voltando a Pessoa, para o poeta português, o estrangeirismo, como o regionalismo, é um elemento de desagregação, excusável quando existe na língua uma palavra patrimonial com o mesmo significado. Diz o poeta:

“Contrariamos a indole da nossa língua introduzindo nella termos estrangeiros, que forçosamente desfeiam o discurso; contrariamos a indole da sua pronuniação, pois ou o leitor os pronuncia bem e está fallando

outra lingua em meio do portuguez, isto é, está fallando duas linguas ao mesmo tempo, ou os pronuncia mal e se dá o mesmo caso com ainda maior fealdade” (25).

Por um lado, pois, Pessoa defende o critério nacionalista de utilizar o termo português já existente. No entanto, não deixou de aceitar o estrangeirismo quando este corresponde a uma necessidade cultural, por não existir termo português correspondente, e é tolerado pelo uso dos falantes: “Quando porém a palavra internacional, ainda que de origem estrangeira, se integra naturalmente na nossa indole e o seu uso corresponde a uma necessidade cultural, seríamos antinacionaes se proscressemos o seu emprego” (26). Ou, como dirá noutro passo: “Há porém regionalismos que não só são inofensivos mas proveitosos à nação; há também influências estrangeiras e internacionais que são úteis e aproveitáveis. O caso é que umas e outras sejam assimiladas, isto é, convertidas na substância da índole nacional” (27). Mais uma vez, esta atitude coincide com a de João de Barros na sua gramática, quando aceita o barbarismo, sobretudo o procedente das colónias africanas, por ser espontâneo e natural na boca dos homens (28). Mas se no gramático renascentista o uso age como elemento legitimador, no poeta o barbarismo só se justifica quando responde a uma necessidade cultural. Pessoa envereda por estas reflexões, com o intuito de procurar a estabilidade de uma língua que se identifica com o espírito de uma nação – a que se expressa em português, pelo que no seu conceito de nação inclui o Brasil –, pois cuidar a língua portuguesa contribui para engrandecer a nação, preparando-a para a sua missão fundamental de futuro império. Entre as qualidades que Pessoa atribui à língua portuguesa, e que fazem viável esse futuro imperial, menciona o poeta a sua riqueza e complexidade dentro das línguas românicas e o facto de se tratar não de uma língua isolada, mas fácil de aprender para espanhóis e italianos (29). Observe-se que, mais uma vez, o argumento da riqueza e complexidade do português é também uti-

21 *Livro do Desassossego*, op. cit., p. 17.

22 *Pessoa Inédito*, op. cit., p. 241.

23 Maria Leonor Carvalhão Buescu, op. cit., p. 211.

24 João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*, reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Faculdade de Letras, 1971, p. 402.

25 *Pessoa Inédito*, op. cit., p. 241.

26 *Idem*, *ibidem*.

27 *A Língua Portuguesa*, op. cit., p. 68.

28 Veja-se João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa*, op. cit., pp. 401-2.

29 *Pessoa Inédito*, op. cit., p. 234.



lizado pelos gramáticos do século XVI, entendendo-o como a capacidade da língua para a expressão dos mais elevados conceitos espirituais e civilizacionais. Assim, defendem a riqueza expressiva da língua lusa, frente àqueles que a consideravam uma língua pobre vocabularmente, preterindo-a em favor do latim ou mesmo do castelhano (30).

Esta é também, na óptica pessoana, uma das qualidades indispensáveis de uma língua com aspirações imperialistas. Outras seriam ainda: possuir uma grande literatura, estar espalhada pela geografia mundial e ser falada por um grande número de pessoas (31). Esta última parece ser, para o autor de *Mensagem*, condição prioritária: “A primeira condição para uma ampla permanência de uma língua no futuro é a sua difusão natural, o que depende do simples factor físico do número de pessoas que a fala naturalmente” (32). Refere-se, pois, neste caso, à língua falada, que identifica com língua nacional. No entanto, a língua literária, não já nacional mas cosmopolita, age como factor coadjuvante: “Para assegurar a sua permanência no futuro, a língua tem de ter algo mais do que uma grande literatura: ser dona de uma grande literatura é uma vantagem positiva, mas não efectiva, pois salvará a língua da morte mas não garantirá a sua promoção na vida” (33). Parece, pois, que Pessoa identifica a língua falada com a língua veicular do império, por ser ela a que representa o espírito nacional “e deve[r] ser o mais nacional possível” (34), e é este espírito nacional que, servindo-se do seu meio de expressão único e intransferível, procura a projecção além fronteiras, num universalismo imperialista que é para o poeta traço definidor do povo português (35). O mesmo empenho por definir a identidade linguística da nação portuguesa, encontramos-lo nos primeiros gramáticos portugueses, que afirmam tal identidade por inclusão do português numa tríade de línguas românicas (36) – junto com o espanhol e ao lado do francês e do italiano – e por oposição a elas, especialmente ao espanhol (37). Como eles, também Pessoa refere a pertença do português

30 João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa*, op. cit., pp. 397 e 400, onde lemos: “Certo, a quem nam falecer matéria e engenho pera demonstrar sua tençãm, em nõssa linguagem nam lhe falecerãm vocabulos [...]”.

31 *A Língua Portuguesa*, op. cit., p. 195.

32 Pessoa *Inédito*, op. cit., p. 237.

33 *Idem*, *ibidem*.

34 *Idem*, *ibidem*, p. 242.

35 *Idem*, *ibidem*, p. 231.

36 Leia-se a seguinte reflexão de Maria Leonor Carvalhão Buescu [op. cit., p. 189]: “A Romanidade surge, assim, da efectiva cúpula de conformidade e desconformidade, filiação e autonomia. [...] Dela vão, pois, emergir, efectivamente, as consciências nacionais, tuteladas por um elemento unificador que se traduz pela consciência da Romanidade”.

37 *Idem*, *ibidem*, pp. 231-236.

ao mundo românico como facto que pode favorecer o impulso da língua portuguesa que, também no poeta, continua a auto-definir-se como língua nacional por oposição ao espanhol.

Creemos ter mostrado como muitos dos tópicos com que Fernando Pessoa elabora a sua estratégia de definição e afirmação da presença do português no mundo, estão presentes também, a quatro séculos de distância, nos gramáticos renascentistas. Tópicos que, na verdade, não deixam de ser incorporados – não sem anacronismo, há que dizê-lo – na retórica de promoção da língua portuguesa. Veja-se, neste sentido, como todos eles se projectam como máximas de legitimação, por exemplo, na construção do espaço linguístico da “Lusofonia”, como já assinalou Fernando Cristóvão (38). Assim, é frequente que sejam utilizados os seguintes argumentos (“tópicos” na medida em que renascentistas e pessoanos): o número de falantes situa o português como a quinta língua mais falada no mundo; a presença do idioma nos cinco continentes; o facto de possuir uma grande literatura, continuando, assim, o recurso ao argumento da capacidade expressiva do português. Um

exemplo desta legitimação retórica, entre outros, temo-lo nas próprias palavras de Fernando Cristóvão:

“A língua do Quinto Império é hoje uma língua plástica, rica, tão apta para exprimir e sintonizar as realidades elementares de uma vida quotidiana, como a objectividade das técnicas, as subtilidades do pensamento abstracto, o rigor da ciência, a complexidade dos sentimentos, a beleza da arte, o transcendente da religião, o sentimento prático do comércio e dos negócios” (39).

Estariam, pois, criadas as condições para permitir que o sonho dos gramáticos renascentistas e de Fernando Pessoa se torne realidade. Seja como for, não restam dúvidas que, como podemos observar, persiste um tipo de discurso que quer testemunhar a realidade deste sonho (ou, se quisermos, um sonho que quer continuar a sê-lo): “Embora a lusofonia seja já uma realidade, ainda que em começo de estruturação institucional, ela tem de ser entendida no contexto do Quinto Império, conjugando o sonho utópico com um projecto cultural partilhado pelas sete nações lusófonas” (40).

38 Fernando Cristóvão, “Fernando Pessoa e a Lusofonia a Haver”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, nº 14, pp. 16-26.

39 Idem, *ibidem*, p. 25.

40 Idem, *ibidem*, p. 26.

BIBLIOGRAFIA

- ASENSIO, Eugenio, “La Lengua Compañera del Imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal”, in *Estudios portugueses*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1974, pp. 1-16.
- BARROS, João de. *Gramática da Língua Portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*, reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Faculdade de Letras, Lisboa, 1971.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Babel ou a Ruptura do Signo. A Gramática e os Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- CRISTÓVÃO, Fernando. “Fernando Pessoa e a Lusofonia a Haver”, in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, nº 14, pp. 16-26.
- PESSOA, Fernando. *Sobre Portugal. Introdução ao Problema Nacional*. Organizado por Joel Serrão, Lisboa, Ática, 1978.
- . *Livro do Desassossego*, vol. I, organizado por Jacinto do Prado Coelho. Lisboa, Ática, 1982.
- . *Pessoa Inédito*, coordenação de Teresa Rita Lopes. Lisboa, Livros Horizonte, 1993.
- . *A Língua Portuguesa*, edição de Luísa Medeiros. Lisboa, Assírio & Alvim, 1997.